



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em resposta ao Ofício 57793/2024-TCU/Seproc, de 26 de dezembro de 2024, seguem as informações solicitadas e alguns esclarecimentos adicionais.

2. Inicialmente, é importante ressaltar que, de acordo com o art. 2º do Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024, compete ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no âmbito do Programa Bolsa Família, sem prejuízo das demais competências previstas no citado Decreto, coordenar, disciplinar, gerir e operacionalizar, em âmbito nacional, o Programa Bolsa Família.
3. Adicionalmente, nos termos da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, a competência para regular a atividade de apostas de quota fixa é atribuída ao Ministério da Fazenda. No âmbito daquela Pasta, conforme prevê o Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, cabe especificamente à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) autorizar, permitir e conceder, regular, normatizar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e sancionar as apostas de quota fixa.
4. Visando a facilitar a associação de cada resposta aos questionamentos realizados, transcrevemos abaixo os textos referentes a cada uma das perguntas, seguidas de nossas respostas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) decide:

d) diligenciar ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ao Ministério do Esporte, ao Banco Central do Brasil e à Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 157 do Regimento Interno, para que informem ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias:

d.1) as medidas adotadas no sentido de vedar a utilização de transferências de renda recebidas por beneficiários de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do Governo Federal para realização de apostas de quota fixa.

5. Conforme acima exposto, o ordenamento jurídico brasileiro atribuiu a fiscalização de empresas de apostas ao Ministério da Fazenda, especificamente à SPA, órgão daquela Pasta. No âmbito do Banco Central, a competência da Supervisão de Conduta não prevê o monitoramento das transações realizadas pelos clientes e usuários do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A atuação desta Autarquia se faz sobre as entidades supervisionadas, para que essas empreguem os esforços necessários para monitorar seus clientes e usuários e comuniquem as transações atípicas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Nesse sentido, a atuação da Supervisão de Conduta do BC é contínua, com planos anuais de supervisão, monitoramento e gradação



BANCO CENTRAL DO BRASIL

da intensidade e periodicidade de ações conforme situações que oferecem maior risco de serem operações destinadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Desta forma, não se encontra no âmbito da competência legal do BC a atuação sobre os clientes, incluindo os beneficiários de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do Governo Federal, no sentido de vedar qualquer tipo de transação, principalmente apostas de quota fixa em aplicativos e plataformas de empresas legalmente autorizadas a funcionar no país.

d.2) as medidas complementares planejadas voltadas ao mesmo objetivo, com indicação de prazos para sua implementação.

6. Conforme já esclarecido no item d.1, o Banco Central não atua sobre transações realizadas pelos clientes e usuários do SFN, mas sim sobre as entidades supervisionadas. Dessa forma, não se encontra no âmbito da competência legal do Banco Central a atuação sobre os clientes, incluindo os beneficiários de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do Governo Federal, no sentido de vedar qualquer tipo de transação.

7. No entanto, o Banco Central atua em estratégias de cidadania financeira abrangendo não apenas os beneficiários do Bolsa Família, mas a população em geral.

8. Com esse intuito, o Banco Central promove diversas ações de cidadania financeira, entendida como o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Uma dessas ações é por meio da participação na nova Estratégia Nacional de Educação Financeira, a ENEF, cuja finalidade é promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País. Nesse ponto específico, não somente participamos de ações de educação financeira de adultos, mas criamos o programa Aprender Valor, que busca apoiar redes de ensino e escolas de ensino fundamental para que estudantes em todo o país desenvolvam competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo. Além da educação financeira, outras ações já implementadas desenvolvidas pelo Banco Central para o desenvolvimento da cidadania financeira se dão por meio de um contexto de inclusão financeira, de proteção ao consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro.

9. Por fim, informamos que em relação aos sistemas de liquidação operados pelo Banco Central, o Sistema de Transferência de Reservas (STR) e o Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), não há conhecimento de alguma determinação de adoção de medidas direcionadas ao BCB no sentido de vedar a utilização de transferências de renda recebidas por beneficiários de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do Governo Federal para realização de apostas de quota fixa. Não há nenhuma medida sendo executada nem nenhum planejamento nesse sentido.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

10. Vale ressaltar que, no âmbito dos sistemas de liquidação, há empecilhos econômicos e operacionais que impediriam a implementação de ações efetivas nesse sentido. As informações que cursam nos sistemas permitem a identificação da origem e destino dos recursos. No entanto, não há como determinar se os recursos são provenientes de programas sociais e assistenciais sob responsabilidade do Governo Federal. Da mesma forma, não há críticas nos sistemas que discriminem a atividade econômica do beneficiário dos recursos ou o propósito econômico da transferência.